

O texto da Medida Provisória nº 295, de 29 de maio de 2006, Portaria nº 7, de 29 de junho de 2006 do Ministério da Educação, que regulamenta, nas universidades federais, a progressão funcional da classe de Professor Adjunto para Professor Associado na carreira do magistério superior, reflete uma nova postura acadêmica no Brasil, por não apresentar distinção entre Ciências e Humanidades.

Para progressão, o docente, que deverá ser doutor, terá seu desempenho acadêmico avaliado por meio de sua “produção intelectual, abrangendo a produção científica, artística, técnica e cultural, representada por publicações ou outras formas de expressão usuais pertinentes aos ambientes acadêmicos específicos”.

Tal abrangência é bem-vinda, pois tem sido evidente que o fomento à pesquisa pelos órgãos brasileiros competentes – CNPQ, CAPES, FINEP – não vem privilegiando, com igualdade de tratamento, todas as áreas de conhecimento. Esta questão – que aflige particularmente os que trabalham com áreas não incluídas no que hoje se denomina Ciência e Tecnologia – é resultado de uma trajetória histórica instigante. O Homem saiu da concepção grega de Políbio – “antes, os acontecimentos que se desenrolavam no mundo não tinham nenhuma ligação entre si; agora, eles são todos avaliados em um mesmo conjunto” –, transitou pela concepção heliocêntrica de Copérnico (1543), viveu a experimentação científica de Francis Bacon (1561-1626), atravessou os séculos XVIII e XIX sob o peso da mecânica Newtoniana, da produção em massa e da industrialização e chegou a um avanço tecnológico de tal monta, preponderantemente ligado às questões materiais, que significa, no entender de Ana G. Rêgo Souza, “a tragédia do homem contemporâneo”.

O século XX, felizmente, com Einstein e sua Teoria da Relatividade, já aponta para a interrelação entre espaço e tempo, chega ao “pensamento complexo” de Edgar Morin, buscando distinguir, mas não separar, ao mesmo tempo que procura reunir e, assim, aconchega-se de volta ao ninho, aos princípios gregos (o mundo contém tudo em seu abraço), literalmente, no seu complexo – *complexu suo*.

Outros olhares podem perpassar a mesma questão: houve, sim, a tentativa de dar às Humanidades o mesmo status intelectual das chamadas Ciências Naturais. Essa transformação foi tentada pela incorporação, às Humanidades, de alguns paradigmas analíticos e indutivos

¹ Pianista e educadora, doutora e livre docente em Música. Professora titular na Escola de Música e Artes Cênicas da UFG, coordenadora da linha de pesquisa Música, Cultura e Sociedade no Mestrado em Música.

próprios das Ciências Naturais, como o uso da estatística, dos modelos experimentais e da formalização matemática. Entretanto, com o tempo, as diferenças foram se aprofundando, principalmente pela quantidade de informação e especialização que cada uma requeria.

A discussão sobre *especialização* tem se constituído em *leitmotiv* das diversas fases da organização disciplinar. Se na *fase pré-disciplinar* não havia distinção entre arte, conhecimento filosófico, científico ou religioso, nem entre ciência e tecnologia, a fragmentação entre pensamento e ação das disciplinas do conhecimento puro (conhecimento pelo conhecimento) e as da tecnologia (conhecimento de métodos e técnicas de ação), características da *fase multi e pluridisciplinar*, desaguou na *fase interdisciplinar*, a qual, dado o aumento galopante do número de disciplinas, ou especialidades, revelou a necessidade de reunir em conjuntos abrangentes o que havia sido gradativamente dissociado pela mente humana. Em todo o mundo contemporâneo sentiu-se essa necessidade, visando principalmente estabelecer parâmetros avaliativos, de organização das diversas áreas de conhecimento em categorias.

Integrar, em 2005 e 2006, a comissão especial de estudos para propor uma nova Tabela das áreas de Conhecimento no Brasil e consultar as diversas estruturas mundiais existentes para organização das áreas de conhecimento foi tarefa que se revelou fascinante, porém interminável. Bom exemplo é a lista de 28 tabelas internacionais estudadas pela comissão, que desde o princípio reconheceu a necessidade de representar, por meio de uma estrutura de classificação, o universo do conhecimento. Tais tabelas, a seguir listadas, impressionam por sua minúcia e referência a um número inimaginável de campos de estudo: Áreas do Conhecimento do CNPq; Agrícola Subject Category Codes (SCC); Australian and New Zealand Standard Industrial Classification (ANZSIC); Australian Standard Research Classification (ASRC); Classificação Decimal de Dewey (CDD); Classificação Decimal Universal (CDU); código CYTED; Código Unesco; Disciplinas Conicet; Engineering Information Classification Codes (EI); Hexacode; International Press Telecommunications Council Subject Codes (ITPC); Joint Academy Coding System (JACS); Klassifikation der Sozialwissenschaften; Library of Congress Classification (LCC); Manual Frascati; Mathematics Subject Classification; McGill Subject Codes; Nederlandse Basicclassificatie (BC); New Zealand Ministry of Education Subject Codes; NSERC Canada List of Research Subject Codes; Program Elements NSF-USA; Sveriges Allmänna Biblioteksförening (SAB); Standard Classification of Academy Subjects (SACS); Tesouro Spines; Tabela das Áreas do Conhecimento da CAPES; Tabela das Áreas do Conhecimento da SBPC.

A comissão levou em conta, na medida do possível, a experiência internacional de classificação das áreas do conhecimento. Entretanto, esteve ciente da impossibilidade de uma

padronização mundial, dado que as classificações vigentes em cada país atendem a realidades e objetivos diferenciados. Procurou-se evitar a freqüente falta de distinção existente entre: *áreas de conhecimento; disciplinas curriculares; áreas de aplicações do conhecimento; formações profissionais e finalidades da atividade científica.*

Após intermináveis discussões, foi proposta uma nova listagem de Grandes Áreas, que, particularmente, significa um *upgrade* para as Artes, a saber: Ciências Matemáticas e Naturais, Engenharias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicáveis e Linguagens e Artes.

Além de Grandes Áreas, Áreas e Subáreas, o guarda-chuva estruturado incluiu – no relatório conclusivo apresentado (final de 2006) pela comissão aos Conselhos Superiores da CAPES, CNPq e FINEP – 1.708 especialidades hoje objeto de pesquisa no Brasil. A opção de listar as especialidades em ordem alfabética ocorreu pela evidência palpável de que a classificação das áreas do conhecimento tem, na contemporaneidade, como principal dificuldade epistemológica o enquadramento do que é designado como *interdisciplinar*. Essa dificuldade decorre, por um lado, da tendência inevitável e crescente à *especialização*; por outro, da permanente emergência de novos objetos de estudo, novas técnicas e novas abordagens, o que deixa o pesquisador frente a múltiplos e variados diálogos.

Na realidade, todas as áreas de conhecimento brasileiras, reunidas para discutir a nova tabela, manifestaram a forte presença de processos interdisciplinares permeando todos os degraus, transitando entre Áreas e Grandes Áreas diversas, até a chamada especialidade, que, convencionou-se, designa ações de pesquisa, produção e criação vinculáveis a mais de uma área de conhecimento.

Inevitável, então, admitir a volta a Políbio de 203 a.C. por lembrar que todos os acontecimentos que se desenrolavam no mundo, antes, não tinham nenhuma ligação entre si, mas, agora, são “todos avaliados em um mesmo conjunto”. Mais um pulo no tempo e fica imperioso reler algumas das conclusões da célebre Declaração de Veneza, de março de 1986 – escrita por intelectuais de notório saber nas áreas das ciências (físicas, biológicas e humanas), das artes, da filosofia, da poesia e das tradições de sabedoria, pertencentes a dezesseis nações:

- o conhecimento científico, por seu próprio movimento interno, chegou aos confins, onde pode começar o diálogo com outras formas de conhecimento. Neste sentido, reconhecem-se as diferenças fundamentais entre a ciência e a tradição, constata-se não a sua oposição, mas a sua complementaridade;
- o encontro inesperado e enriquecedor entre a ciência e as diferentes tradições do mundo permite pensar no aparecimento de uma nova visão da humanidade;
- reconhece-se, ao mesmo tempo, a urgência de uma pesquisa verdadeiramente *transdisciplinar* em intercâmbio dinâmico entre as ciências exatas, as ciências humanas, a arte e a tradição;

– reconhece-se a urgência da pesquisa de novos métodos de educação, que levem em conta os avanços da ciência, os quais se harmonizam agora com as grandes tradições culturais, cuja preservação e estudo aprofundado parecem fundamentais.

Daí as perguntas que insistem em perpassar estas reflexões: seria a *transdisciplinaridade* um caminho para o ideal de abraçar o mundo e atingir autonomia e entrelaçamento das especialidades? O caminhar paralelo e integrado das Ciências e das Humanidades seria possível via *transdisciplinaridade*?

Pensando na volta à Grécia, também na letra da bela canção *The world goes round* e na lembrança dos dias de criança, digo (como Buckminster Fuller): a sociedade contemporânea tende a não perceber que a *especialização* impede o raciocínio abrangente. Talvez porque as universidades têm sido progressivamente organizadas para estudar especificidades. Mas, em contraposição, observando uma criança, percebemos que ela se mostra interessada em tudo e que ela espontaneamente aprende, compreende e coordena um volume de experiências sempre crescente – todos os outros seres vivos são concebidos para tarefas altamente especializadas, mas o homem parece ímpar como o conhecedor abrangente e coordenador dos acontecimentos.

A constatação da existência de indissociabilidade autônoma entre, por exemplo, Arte e Ciência, Ciências e Humanidades, Educação e Cultura, Pesquisa científica e Pesquisa criativa, concede liberdade intelectual para todas as áreas de conhecimento, Artes inclusive, de definir meios próprios de estudo, específicos, os quais, inevitável e *transdisciplinarmente*, estarão sempre entrelaçados às experiências e processos de outras áreas de conhecimento.

Enfim, o ideal: intercâmbio dinâmico entre Ciências e Humanidades, produzindo e criando sob o mesmo conceito transdisciplinar, estabelecendo inter-relações de saberes, incorporando aspectos das várias disciplinas constituintes do todo, utilizando-se ferramentas e conceitos de procedências diversas, dissipando diferenças, voltando ao *complexu suo*.